

EDIÇÃO DA GUERRA DO IRAQUE NO JORNALISMO IMPRESSO

Frederico Duboc

Editor-adjunto de Internacional de “O Tempo”
e Jornalista formado pela UFJF

Há dias as câmeras da *CNN* e da *Al Jazira* estavam instaladas sobre o prédio do Ministério da Informação em Bagdá e naquele momento mostravam o monótono nascer do sol emoldurado por um minarete. Ocasionalmente, um automóvel cruzava o viaduto no canto inferior da tela. O presidente George W. Bush já havia discursado um par de horas antes e os primeiros mísseis Tomahawk, atingido a capital iraquiana. A âncora de uma rede de TV brasileira especulava sem ânimo sobre o ataque inaugural, uma vez que nem imagens de artilharia antiaérea semelhantes a videogames, celebrizadas por Peter Arnett em 1991, estavam disponíveis. Havia sido um dia longo a espera do deadline dado a Saddam Hussein 48 horas antes e, apesar de esses fatos já terem ocorrido, a notícia ainda não era suficiente. Quando uma bola de fogo apareceu sobre um dos palácios presidenciais diante da câmera, a jornalista exultou: “Agora deu para ver!”. Enfim começava a guerra do Iraque.

O recente conflito foi essencialmente midiático, quando se dá conta de que seus principais eventos não estiveram ligados à quebra da ordem – como pressupõe o fato gerador das notícias –, mas ao cumprimento de roteiros preestabelecidos tanto política quanto jornalisticamente. No primeiro caso, ficou configurada a ação preventiva preconizada na doutrina Bush; no segundo, o meta-acontecimento, uma síntese desenvolvida por Rodrigues (1990) a partir das idéias de J.L. Austin¹.

As regras correntes do direito internacional prevêm que um ataque militar só pode ocorrer diante de uma grave agressão, mas a invasão do Iraque se deu num dos primeiros testes da teoria da preempção, quando o simples sentimento de ameaça permite que uma ofensiva ocorra antes que o risco para o agressor se torne realidade.

Já a regra da notícia pressupõe que é “em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia”. (Rodrigues, 1990: 98)

Mas não havia nada mais previsível que o bombardeio de Bagdá. O presidente dos Estados Unidos havia dito que o faria. O presidente do Iraque já o havia considerado como inevitável. As agências de notícias e as redes de TV a cabo já estavam em guerra (prova disso eram as câmeras instaladas para flagrar as primeiras bombas em solo iraquiano). Então, se tudo era previsível e dentro da ordem, por que tal campanha ocupou tanto espaço dos jornais, rádios, TVs e sites noticiosos durante os 21 dias que transcorreram entre o primeiro ataque e a queda da estátua de Saddam Hussein?

Não se pode negar que as guerras são notícia, por mais programadas que sejam. Trazem elementos de mobilização de massa, componentes políticos, avanços tecnológicos, interesse humano. Mas no mesmo período, duas convulsões internas – na Nigéria e na Caxemira – apresentaram os mesmos elementos e não receberam mais do que poucas notas na cobertura. No conflito africano, havia um grande produtor de petróleo e impactos na formação de preços pela Opep, assim como o Iraque; no asiático, o temor concreto do uso de armas de destruição em massa pela Índia ou Paquistão estavam presentes, medo semelhante ao denunciado pelos Estados Unidos no conflito no Golfo Pérsico. É preciso um elemento a mais para explicar o interesse e o volume de cobertura por mil jornalistas espalhados pelo Iraque, 600 deles *embedded*.

O presente artigo visa mostrar a guerra do Iraque não como a quebra da ordem, ou a instituição de uma nova ordem internacional, mas a movimentação de um ator hegemônico para moldá-la a seu interesse. Nesse mesmo sentido, a cobertura de mídia do evento não configura uma revolução da disciplina, mas um exemplo de apropriação do discurso do meta-acontecimento jornalístico no qual o fato inesperado cede lugar à construção do real como insumo da agenda dos meios de comunicação. Pretende-se ainda oferecer recursos para identificação dos elementos de edição na cobertura do conflito na editoria de Internacional do jornal “O Tempo”, bem como esclarecer como se pode produzir um discurso a partir deles.

Não há um novo fazer jornalístico a ser desvendado. Há regras e práticas do profissional que ele deve considerar para manusear os diversos elementos da notícia, sem deixar de lado a responsabilidade sobre o que produz, fingindo ocultar-se por trás do discurso da objetividade.

*Se estamos de acordo com o argumento segundo o qual o ato de discursar resulta do contato que o jornalista trava com o campo do código, podemos afirmar, em seguida, que o ‘ato jornalístico’ não se trata apenas de **apanhar regras x** ou **dicas y**, mas, pelo contrário, estrutura-se a partir de dois momentos estratégicos: **operação e construção** cujas regras são bem pensadas, independentes do sujeito, pois quando este as apanha, elas lá já estão estruturadas no campo da linguagem. (Fausto Neto, 1991: 26) (grifos do autor)*

Editar é construir uma mensagem com os diversos códigos disponíveis, permitindo a elaboração de um novo discurso a partir das

intenções originais dos autores de cada um desses elementos (texto, titulação e fotografia) quando tomados isoladamente.

O TEMPO E A COBERTURA DA GUERRA

O presente artigo recorre à cobertura da editoria de Internacional de *O Tempo*, uma publicação diária, voltada para público geral, que segue normas instituídas para o trabalho jornalístico semelhantes aos demais periódicos brasileiros.

Durante os vinte e poucos dias da Guerra do Iraque, dada a relevância conferida ao assunto, formou-se o que se chama “Editoria de Emergência”.

Quando fatos de grande importância jornalística surgem, a Secretaria de Redação pode convocar uma Editoria de Emergência equipe transitória formada para a cobertura especial. Cabe aos editores sugerir a convocação. Todos os profissionais de O Tempo podem ser deslocados para formar a equipe, inclusive com a convocação de jornalistas em folga ou férias. (O Tempo, 2001: 10)

Nesse caso, a equipe variou entre três e quatro profissionais que se responsabilizavam por fazer edições diárias de sete até dez páginas, utilizando recursos das agências *Estado*, *Folha*, *O Globo*, *Associated Press* e os serviços noticiosos de *The New York Times* e *Times*, de Londres, para textos e fotografias, e *Graphic News*, um bureau gráfico britânico, responsável pela venda de infografias. Aliado a isso, havia a produção de repórteres locais bem como do setor de pesquisa da empresa.

Somente das agências de notícias, essa equipe se encarregava de ler e avaliar uma média de 700 despachos – entre matérias completas com mais de 40 cm/coluna e flashes noticiosos –, nos primeiros dias, quase que unicamente sobre a guerra. O número pode impressionar, mas ele é ainda mais grandioso em escala global. Giovaninni (1987), avaliava na década de 80 que as agências de notícias transmitiam diariamente de 20 a 100 mil palavras, em um total que alcançaria 13,5 milhões de vocábulos. “A cada 45 segundos escreve-se uma artigo de certa importância” (Giovaninni, 1987: 306). Isso quando a Internet ainda não era uma ferramenta corrente no setor.

É principalmente desse volume de informação que se extrai o noticiário de internacional. Tendo uma agência norte-americana e

dois diários de países da coalizão (EUA e Grã-Bretanha) como fornecedores de notícias, é lícito perguntar: onde fica a imparcialidade das fontes?

Paillet (1986) afirma que a credibilidade é a chave. Com mais de cem agências noticiosas existentes, quatro delas operando até hoje em escala mundial (*Associated Press, France Press, UPI e Reuters*) há mais de quarenta anos, um produto viciado seria facilmente identificável e o risco comercial, insustentável. “Também aí a concorrência e a diversidade dão uma ajuda bem útil à retidão deontológica do jornalista.” (Paillet, 1986: 82).

Mas só as leis de mercado não bastam. Para tal entra o bom senso e o trabalho de edição na escolha do que vai ou não ser publicado e de que maneira. A edição, em si, é produção de um discurso que pode dotar de valor uma informação que, a priori, se dizia asséptica e objetiva. Entre os elementos que irão determinar como tal construção de sentido se dará está a conjuntura histórica em que ela ocorre.

A CONSTRUÇÃO DE UMA GUERRA

O fazer jornalístico não é algo em si que dispense a realidade contemporânea. Para compreender a construção do discurso sobre a guerra do Iraque, é importante conhecer as circunstâncias históricas e políticas que levaram a ela e no qual a mensagem se desenvolve.

O conflito do Golfo se insere na questão da formação da ordem internacional. Para entrar nessa discussão é preciso ter em mente o caráter anárquico da sociedade internacional, na qual não há uma autoridade hierárquica suprema sobre os atores. Deve-se pensar também em ordem como os padrões de regularidade e intencionalidade na atividade humana que levam a um arranjo para promover valores básicos, conforme defende Hedley Bull (1977). Esses valores seriam a vida, a verdade e a propriedade, considerados elementares – por participarem da constituição das sociedades – e primários –, pois qualquer meta adotada pressupõe a realização desses objetivos.

Transferidos para a esfera do internacional, os objetivos assumiriam o caráter da guerra justa para limitar a violência, a regra de que os pactos assumidos devem ser cumpridos e o reconhecimento mútuo da soberania. Bull inclui ainda um quarto elemento, a paz, entendida como segurança desses atores, e não a extinção da guerra.

Esses valores assim definidos remetem a uma história de mais de três séculos, ou seja, a aparição do Estado moderno de “autonomia

radical e sua soberania absoluta” (Dehove, 1998: 129) com o Tratado de Westphalia, em substituição ao império.

(...) a paz de Westfália (sic) acabava definitivamente, na Europa setentrional, com o princípio imperial de unidade universal que constituía o horizonte do império romano e que encarnava a ambição dos Habsburgos. A noção de plena soberania é consagrada então e perpassa a economia geral dos tratados (a ponto de reconhecer a soberania total a 350 principados e cidades da Alemanha). (Dehove, 1998: 130)

Será o atributo de soberania uma das características definidoras do Estado nacional e que lhe dá o direito de integrar a cena internacional, a princípio, em igualdade de condições com os demais agentes.

Soberanos, os agentes podem assumir três possibilidades de configuração do sistema internacional, levando em conta o número de atores relevantes a deter maior poder e influência. A primeira delas é a multipolar, “com várias potências importantes de poderio comparável, que cooperam e concorrem entre si de acordo com modelos que apresentam variações constantes” (Huntington, 2000: 13). O instrumento de solução das questões nessa modalidade é a formação de coalizões de Estados numa tentativa de manter o equilíbrio de poder estável.

Uma segunda possibilidade envolve apenas dois atores de maior relevância. “Um sistema bipolar, (...), é formado por duas superpotências, e as relações entre elas são fundamentais para a política internacional” (Huntington, 2000: 13). Cada uma delas forma um bloco de países aliados e concorre com a outra pela influência sobre os não-alinhados.

O terceiro arranjo seria o unipolar, que “teria apenas uma superpotência, nenhuma potência de importância significativa e muitas potências de menor grandeza” (Huntington, 2000: 12). O mais poderoso seria o ordenador, e nenhuma configuração dos demais agentes seria capaz de se contrapor às suas decisões.

Até hoje, não se apresentou nenhuma forma de configuração do sistema diferente dessas três que possa significar o estabelecimento de uma nova ordem. Mas, o advento das corporações multinacionais e do avanço do capital financeiro, além da maior interdependência dos atores, está forçando a inclusão de novos agentes importantes e de novos fatores que influem na tomada de decisões na arena internacional e que tornam mais complexos os cálculos dos governantes para definir suas estratégias de interrelação no sistema internacional.

Levando em conta a introdução de agentes transnacionais – aqueles que não se limitam a uma só nação, mas transitam entre várias delas a partir de um ou mais elementos comuns – nas interações que envolvem os Estados nacionais, Bull propõe uma idéia do que seria a ordem mundial, um conceito que ultrapassa a discussão na esfera do estatal simplesmente.

Por ordem mundial, eu entendo aqueles padrões ou disposições da atividade humana que sustentam os objetivos elementares ou primários da vida social entre a humanidade como um todo. Ordem internacional é ordem entre estados, mas estados são simplesmente grupos de homens, e homens podem ser agrupados de modo que eles não formem estados em absoluto. Além disso, onde eles são agrupados em estados, eles também estão organizados de outras formas. (Bull, 1977: 20)

E quem são esses atores transnacionais na conjuntura da guerra no Iraque? Depois dos atentados aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 a resposta é mais do que óbvia.

Os inimigos do passado precisavam de grandes exércitos e grande capacidade industrial para colocar os Estados Unidos em perigo. Agora, redes obscuras formadas por indivíduos podem trazer um grande caos e sofrimento a nossas terras, com gastos menores do que custaria comprar um único tanque. Os terroristas estão organizados para penetrar em sociedades abertas e voltar contra nós o poder da tecnologia moderna. (Bush, 2002: 79)

A ameaça terrorista leva o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, a estabelecer uma relação de causa-efeito em sua “Estratégia de Segurança Nacional”, na qual todo estado que venha a desenvolver armas de destruição em massa (nucleares, biológicas e químicas) e não possa controlá-las é um risco. “O perigo mais grave que nossa nação enfrenta reside nas encruzilhadas do radicalismo e da tecnologia” (Bush, 2002: 79).

Durante a Guerra Fria, quando havia uma composição bipolar entre EUA e a extinta União Soviética, a ameaça à ordem era enfrentada com base na contenção. A ameaça de uma retaliação nuclear massiva a um ataque com armas de destruição em massa – e as perdas que isso implicava para ambos – impedia que as duas potências dessem o primeiro passo em direção a uma guerra³.

Após a queda do muro de Berlim, símbolo do fim do comunismo de Estado, e a extinção da União Soviética na década de 90, os Estados Unidos assumiram o papel de ator hegemônico único com ação preponderante nos vários campos de projeção de poder (militar, econômico, cultural etc.), estabelecendo um arranjo unipolar para a ordem. Tal situação atrai a mira dos candidatos à hegemonia e impõe responsabilidades e custos ao país mais poderoso, bem como um novo desafio se levados em conta os atores transnacionais. “A contenção, baseada unicamente na ameaça de retaliação, tem menores probabilidades de vir a funcionar contra os dirigentes de estados mediantes, mais dispostos a assumir riscos e a colocar em risco a vida de seu povo.” (Bush, 2002: 93)

Para enfrentar a combinação estado/terroristas, uma estratégia tripla foi pensada: ação preventiva (atacar antes que a ameaça se concretize), contraproliferação (impedir o acesso à tecnologia de armas de destruição em massa) e administração das conseqüências (eufemismo para resposta nuclear para ameaças biológicas, químicas ou nucleares).

A história nos ensina que a contenção pode falhar, e sabemos por experiência que alguns inimigos não podem ser contidos. Os Estados Unidos devem e irão preservar sua capacidade de derrotar qualquer tentativa de qualquer inimigo – seja ele um estado ou não – de impor sua vontade sobre os Estados Unidos, nossos aliados ou nossos amigos. (Bush, 2002:110)

Dentro dessa lógica é que se insere a justificativa para o ataque ao Iraque. Um país com capacidade de produzir armas de destruição em massa, com histórico em sua utilização contra minorias curdas e xiitas e um líder que, apesar de não ter ligações comprovadas com o terrorismo internacional, conforme defende Rai (2003), imediatamente foi associado a essa causa após o 11 de setembro. “Vejo uma ligação com alguém disposto a assassinar seu próprio povo. Acho que Saddam Hussein se encaixa aí, e vamos conseguir prová-lo” (*Independent on Sunday*, p.1, 07 abr. 2002, apud Rai, 2003).

Se Saddam possui ou não tais armas, a disposição de repassá-las a terroristas ou se mesmo as tenha entregue para um atentado aos EUA, os fatos ainda não estão completos para proferir uma conclusão cientificamente aceitável. Mas já se pode afirmar que George W. Bush seguiu a risca seu receituário para a segurança e para a consolidação de uma ordem internacional unipolar, onde as questões mundiais devam

ser vistas como uma extensão dos interesses norte-americanos. “Atualmente, a distinção entre assuntos internos e externos vem diminuindo. Num mundo globalizado, fatos ocorridos além das fronteiras americanas têm maior impacto dentro delas.” (Bush, 2002: 112)

O Iraque não era o fim da ação, mas uma etapa. A fase para a sedimentação dessa ordem, não uma nova, ou revolucionária, mas a ordem com base no interesse nacional dos Estados Unidos. Nesse caso, o que se deve destacar não está no diferente ou inusual, mas naquilo que o formador da ordem – ou do discurso – participa diretamente e se interessa em conformar.

EDIÇÃO E CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

Entendido o fator que influirá o conteúdo da mensagem, pode-se passar para a sua instrumentalização na cobertura jornalística. Assim, como não há uma nova ordem internacional, não há nada de novo no noticiário ao deslocar o eixo do incomum para a enunciação do meta-acontecimento.

Rodrigues aponta três registros que darão notabilidade aos fatos justamente pelo caráter da sua pouca probabilidade de ocorrência, lembrando que, tradicionalmente, quanto menos previsível, mais certa é a inclusão de uma ocorrência no noticiário. O primeiro deles é o *excesso* “irrupção por excelência do funcionamento anormal da norma, emergência escandalosa de marcas excessivas do funcionamento normal dos corpos, tanto dos corpos individuais como dos corpos coletivos e institucionais” (Rodrigues, 1990: 99). Não é difícil encontrá-lo em tempos de guerra. No dia 23 de abril, a edição abre com o título “500 mísseis em 24 horas”. Os dois números dão margem para rápidas contas de cabeça: mais de 20 explosões por hora ou uma a cada três minutos ou então, a US\$ 2 milhões o custo unitário do Tomahawk, US\$ 1 bilhão, ou R\$ 3 bilhões e sabe-se lá quantos dinares iraquianos de investimento em destruição. Com certeza, muito mais do que os US\$ 37 milhões que a ONU previa gastar com 600 mil refugiados no país previstos no início do conflito (“Tragédia anunciada”, dia 22 de março, página 4).

O segundo registro é o da *falha*, que “procede por defeito, por insuficiência do funcionamento normal e regular dos corpos” (Rodrigues, 1990: 99). O conflito no Golfo Pérsico notabilizou um termo que é a essência desse registro, o “fogo amigo”. Foram comuns aviões norte-americanos derrubados por mísseis da coalizão, helicópteros britânicos se chocando, artilharia dos EUA bombardeando marines.

Uma de suas facetas foi o ataque inadvertido a inocentes. “Novo ataque aéreo mata mais de 50 civis” (*O Tempo*, Belo Horizonte, p.11, 29 mar. 2003)⁴ é um desses casos. Como jornalismo, classifica-se como falha, apesar de a morte de não beligerantes estar se tornando cada vez mais a regra nos conflitos.

O século XX foi péssimo para os civis. Há estimativas de que, no início do século, de 85% a 90% das mortes em tempo de guerra eram de militares. A proporção baixou para cerca de 50% na II Guerra Mundial. Já no final do século, três quartos das mortes em tempo de guerra são de civis. Mas são os soldados, e não os civis, que são vistos como heróis – no final das contas, são eles que optam por se colocar em situações de risco. (Rai, 2003: 58)

E o último, se enquadra na *inversão*, entendida como o inusitado, a paródia do destino, o funcionamento da ordem de ponta-cabeça. O clássico do atual conflito foi noticiado no dia 25 de março (p. 3), quando a TV iraquiana informou que um fazendeiro armado de uma velha espingarda teria derrubado um helicóptero de ataque Apache – a máquina de guerra norte-americana capaz de detectar 128 alvos diferentes num raio de 8 km, selecionar e atacar 16 deles, tudo em 30 segundos. Nunca se confirmou o fato, mas a versão correu mundo. Um dia depois, novamente o inesperado. As tropas, que percorreram os 550 km até a capital em seis dias num feito militar notável, esbararam nas forças da natureza. E o título reflete isso: “Coalizão enfrenta tempestades de areia” (p. 12, 26 de mar. 2003)

Por esses três registros, Rodrigues defende que “o discurso do acontecimento é uma anti-história, o relato das marcas de dissolução da identidade das coisas, dos corpos, do devir” (Rodrigues, 1990: 100). Mas esses registros não esgotam o leque de opções da notícia. Nesse ponto é que se insere o meta-acontecimento

É o próprio discurso do acontecimento que emerge como notável, a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições (...). O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notoriedade, verdadeiro deus ex machina, mundo da experiência autónomo (sic) das restantes dimensões da experiência humana. (Rodrigues, 1990:101)

O meta-acontecimento não é regido pelas normas da acidentalidade, mas do discurso. Ele envolve valores ilocutórios e perlocutórios e se realizam no fato de serem enunciados, aproveitando-se da carga de ressonância e legitimidade que o veículo incorpora à mensagem. Da mesma forma que não é preciso uma agressão de fato para haver uma resposta militar na doutrina da ação preventiva, não é necessária a ruptura da normalidade para o fato se tornar notícia, basta que o enunciem.

Não é a morte nem a violência reais que os meta-acontecimentos visam, mas o direito à visibilidade, à encenação, de quantos não consideram respeitados os direitos à palavra dentro da ordem mediática generalizada. (Rodrigues, 1990:103)

No reino do meta-acontecimento estão as ameaças e discursos que primam pela intencionalidade e não pela originalidade. Não são fatos novos ou que rompem a ordem, mas que se legitimam na enunciação. Na página 3 do dia 20 (1o dia de guerra), o título é “Prazo acaba, EUA atacam alvos em Bagdá e Bush promete guerra ampla”. Nada mais óbvio para quem havia prometido 48 horas para Saddam Hussein deixar o país ou sofrer as conseqüências. Com o lançamento de uns poucos mísseis sobre Bagdá, no que mais tarde seria chamado de “ataque de decapitação”, o verdadeiro alvo de Bush era a opinião pública norte-americana, cujo apoio a ele claudicava até então. E os recursos de edição ajudam o leitor a compreender isso, quando se vê que a foto que ilustra a matéria não é de um equipamento bélico (só usado duas páginas depois), mas a do pronunciamento na TV observado por uma atenta mulher e um score, no alto da página, dando conta que, agora, o presidente tinha 71% de aprovação para uma campanha militar.

A cobertura dessa guerra foi repleta de meta-acontecimentos carregados de intencionalidade como se pôde ver no dia 22 de março (p. 6). Após seguidas análises de uma guerra curta e anúncios do quão rápido as tropas se deslocavam, a resposta foi a seguinte: “Otimismo toma conta dos mercados mundiais” e “Aliados tomam portos e petróleo desaba”.

Ao transferir o eixo da notícia do conteúdo para a enunciação, abre-se espaço para que a fonte se aproprie do meio, ou melhor, dos efeitos que ele pode causar. É o “balão de ensaio”.

Pela sua simples existência, os media não podem, no entanto, evitar que os actores e os locutores os utilizem para darem a entender ou para deixarem entender mais ou menos ou outra coisa diferen-

te daquilo que dizem ou para fazerem algo diferente daquilo que fazem. (Rodrigues, 1990: 105)

Um exemplo foi o levante xiita em Basra, anunciado no dia 25 de março pelo premiê britânico, Tony Blair, e desmentido pelo próprio grupo: “Oposição xiita nega revolta em Basra” (p. 13, 27 mar. 2003). O interesse era mostrar um apoio popular à invasão que não existia. O mesmo foi tentado com os inúmeros frascos, roupas de proteção química e projetos encontrados ao longo de toda a campanha e que não comprovaram a existência de armas de destruição em massa.

Ou o mais grave, a mentira pura e simples, mas dita de forma oficial. No dia 30 de março, as tropas norte-americanas estavam no perímetro de 100 km de Bagdá, mas totalmente paradas, sem suprimentos ou combustível graças a uma estratégia equivocada do Pentágono que obrigou os militares a tornar sua retaguarda extremamente vulnerável aos ataques das tropas iraquianas – que haviam sido contornadas nos pontos críticos. A manchete desse dia, com base nas informações do Comando Central em Doha, era “EUA negam suspensão da ofensiva”.

O jornalista, no entanto, não é um ser acéfalo, incapaz de perceber essas nuances, muito menos suas mãos estão atadas contra essa tendência. Como já foi dito acima, há recursos na edição que permitem a retomada do controle sobre o discurso para, quando for o caso, desmascarar as estratégias de manipulação da notícia. Este artigo irá mostrar alguns elementos como os títulos, o uso da imagem e a fotografia.

Títulos

A titulação é uma das tarefas mais corriqueiras e, ao mesmo tempo, mais significativas do trabalho da edição. A princípio, bastaria conhecer regras simples de gramática, encontrar o tema principal da matéria e adequá-lo a modulações básicas como uma linha de 38 toques, duas linhas de 24 toques, três linhas de 11 toques e assim por diante. Feito isso, teria-se a fórmula para introduzir o leitor no conteúdo da notícia. Mas a tarefa não se encerra na técnica.

Os títulos da imprensa, graças ao próprio processo de figuração, constituem um verdadeiro texto dentro do texto. Fazem ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirigem o olhar do leitor. São uma espécie de véu transparente. Em virtude da sua diafaneidade, tanto mostram o que escondem como escondem aquilo que dão a ver. (Rodrigues, 1990: 110)

O primeiro recurso do título na inserção de sentido é a nomeação. Através do nome, diz Rodrigues, produz-se o efeito do real e reduz-se ao mínimo o jogo de significações e manifestações. “Saddam pede a tribos para atacar” (p.14, 26 mar. 2003) representa essa singularização. Na verdade, tratava-se de um discurso do líder iraquiano lido na TV estatal, não se sabe se de sua autoria ou de seus assessores, já que até aquele momento, havia dúvidas acerca da sobrevivência do ditador aos primeiros bombardeios da guerra. O efeito conseguido, contudo, foi da formação de um real: foi Saddam quem pediu e isso lhe garantia uma sobrevida no campo do discurso ainda que não necessariamente correspondesse a um ser de carne e osso caminhando pelas ruas de Bagdá.

Uma das estratégias da nomeação é a apropriação da fala por meio da citação ou relato de outrem. “Defesa contra agressor é lícita, diz papa” (p.16, 26 mar. 2003) ou “Guerra é ameaça à estabilidade global” (p.14, 29 mar. 2003). No primeiro título, mescla-se o emissor e sua opinião – uma remissão ao inusitado de o sumo pontífice, representante da paz, aceitar o conflito com base na legítima defesa. O segundo, o discurso supera a importância de quem o profere (o presidente russo, Vladimir Putin), rotulando e qualificando o fato. O real, lido dessa forma, passa a ser que o conflito não se limitará às fronteiras do Iraque, mas atingirá a barreira do cúmulo.

O título também possui outra forma de moldar o real, mas dessa vez em cumplicidade com o leitor. Trata-se da elipse – comumente do verbo – como forma de inserir o destinatário da mensagem nos interstícios da frase para que ele complemente o sentido. “Dirceu: ‘relação com EUA não é afetada’” (p.6, 20 mar. 2003), no qual o verbo *dicendi* é substituído por um sinal gráfico, mas a compreensão não se perde. Não se trata de uma estratégia inocente por parte do editor, ou uma concessão ao receptor. Há casos em que esse entendimento pode ser direcionado, levando o leitor a tomar como sua, uma opinião do jornalista. “Motivo líquido e certo” (p.12, 30 mar. 2003). Isoladamente, essa frase faz parte do campo cognitivo de quem lê, mas não traz em si juízo de valor. Insira essa informação, como foi feito, no título de uma arte sobre a divisão dos campos de petróleo iraquianos pelas potências dentro de uma ampla reportagem sobre os prejuízos das empresas com a nacionalização do setor pelo Iraque e temos um outro efeito totalmente diverso.

A elipse é um processo de violação da norma. Diz a regra jornalística que os títulos devem ter sujeito e verbo e dar conta de uma mensagem nova de forma concisa. Mas a repetição da fórmula não

tem nada de revolucionária, pois perde o seu efeito específico e a surpresa, servindo apenas para a padronização do conhecimento. “Às portas de Bagdá” (p.12, 26 mar. 2003), especificamente neste dia, apareceu não só na edição de *O Tempo*, como em dois concorrentes locais – na primeira página ou na manchete principal – e se repetiu no dia 3 de abril (p. 13) sem introduzir qualquer conteúdo novo para o leitor nesse segundo dia.

O uso da imagem

Uma imagem contém significado e significante, mas raramente é usada no jornalismo como uma mensagem completa em si, mas acompanhada de palavras. Barthes (1999) considera o texto um “parasita” ao conotar a imagem com um ou mais significados segundos. “Na relação atual, a imagem não vem ‘iluminar’ ou ‘realizar’ a palavra; é a palavra que vem sublimar, patetizar ou racionalizar a imagem” (Barthes, 1999: 311).

O linguista francês aponta nessa relação que o texto pode amplificar conotações já existentes na ilustração bem como produzir um significado novo. Rodrigues (1990) categoriza a mesma assertiva em três modos de articulação: reforço, complementaridade e contradição.

Reforço, o mais comum deles, é a justaposição da mensagem visual e textual com significação semelhante. “Saddam vai à televisão confiante na vitória” (p.5, 21 mar. 2003) vem acompanhada da imagem reproduzida de TV de um presidente iraquiano solene discursando. As articulações seguintes são mais ricas de significado, como a complementaridade – visual e textual se auxiliam na transmissão da mensagem. “Novo ataque aéreo mata mais de 50 civis” (p.11, 29 mar. 2003). Na página há até a imagem de um morto, mas no canto inferior da página. Logo abaixo do título, o que se vê são duas fotografias, uma delas mostra como um prédio ficou totalmente destruído pela ação do bombardeio, outra, um homem em meio a um grito desesperado no necrotério. Dá-se a medida da violência física e emocional que tal ataque causou em Bagdá, permitindo uma economia de palavras no título ou excluindo a necessidade de uma imagem excepcionalmente significativa.

A última categoria é a da contradição. Mais difícil de ser conseguida, mas de impacto e atração de leitura bem maior do que as anteriores. “Saddam pede que povo lute com as mãos” (p.13, 4 abr. 2003). O discurso oficial de resistência, enquanto duas das principais divisões blindadas da Guarda Republicana já estavam praticamente destruídas, foi fielmente reproduzido. O desmascaramento da situação

vem nas imagens de um jovem iraquiano saudando, com as mãos, um blindado norte-americano a caminho de Bagdá e de um jovem, imobilizado na cama de hospital, fazendo o V de vitória sob o olhar desconsolado de sua acompanhante.

A fotografia

Mas não é só o texto que cria conotação na imagem. Barthes lista seis processos que podem ser feitos a partir da modificação do real (trucagem, pose e objetos) ou da exploração de seus recursos (fotogenia, estetismo e sintaxe).

A *trucagem* é a intervenção técnica na fotografia para que ela mostre o que antes não aparecia. Na Guerra do Golfo, um jornalista do “Los Angeles Times” foi despedido depois que se confirmou a inserção de um iraquiano dentro de uma cena de avanço das tropas da coalizão para aumentar a “dramaticidade da cena”. Infelizmente, para o autor, a sombra do iraquiano se projetava numa direção diferente da dos soldados. A *pose* é outra intervenção que consiste no arranjo dos fotografados em atitudes estereotipadas para que formem uma significação. Após dois bombardeios seguidos a civis em Bagdá, as agências de notícias foram inundadas de fotografias de soldados norte-americanos correndo com crianças nos braços ou sendo beijados por iraquianos sorridentes.

Para os *objetos* não há exemplo melhor do que a sala de imprensa do Comando Central da coalizão no Catar. Três telões de cristal líquido, vários computadores, palanque metalizado com o símbolo das Forças Armadas em um ambiente extremamente limpo e asséptico. Um projeto encomendado pelo Pentágono a David Blaine, mago do ilusionismo conhecido no Brasil por levitar nas ruas dos EUA diante das câmeras do Fantástico, para dar a imagem de modernidade e planejamento que faltaram à primeira guerra do golfo – o general Norman Schwarzkopf, comandante em chefe em 1991, tinha apenas dois videocassetes e um cavalete para explicar aos jornalistas o avanço de suas tropas.

Outros dois elementos são a *fotogenia*, uso dos recursos da iluminação e impressão para “embelezar”, e o estetismo, no qual a foto assume ares de arte pela composição acurada dos elementos. Mas o que mais oferece possibilidades ao editor é a *sintaxe*, uma série de fotografias em sequência, que podem reproduzir um movimento dramático ou cômico que dificilmente o fotograma isolado permitem reconhecer. No dia 10 de abril, os jornais de uma forma ou de outra recorreram à sintaxe para mostrar a queda da estátua de Saddam Hussein em Bagdá. Em *O Tempo* foram usados apenas duas cenas: da imagem começando a cair e a dos iraquianos chutando e batendo com chinelos nela.

Mas há uma segunda forma de sintaxe, na qual duas fotografias diferentes dialogam entre si e criam uma terceira mensagem. No dia 3 de abril (p. 15), a matéria fala sobre as divergências entre Grã-Bretanha e Estados Unidos sobre o futuro governo do Iraque. As duas fotos que ilustram a reportagem “Pós-guerra vira moeda de barganha” são do secretário de Estado dos EUA, Colin Powell (na Turquia), e do premiê britânico, Tony Blair (em Londres), olhando desafiadoramente para um mesmo ponto (como se olhassem um para o outro), explicitando toda a tensão diplomática daquele momento.

Mas haveria a possibilidade de uma denotação pura da imagem? Uma fotografia que não fosse contaminada pelo texto? Barthes defende que, se ela existe, não se dá no plano do neutro, mas do trauma.

A foto-choque é por estrutura in-significante: nenhum valor, nenhum saber, em último termo (sic) nenhuma categorização verbal pode ter domínio sobre o processo institucional da significação. Poderia imaginar uma espécie de lei: quanto mais o trauma é direto, tanto mais difícil é a conotação; ou ainda, o efeito “mitológico” de uma fotografia é inversamente proporcional a seu efeito traumático. (Barthes, 1999: 315)

Por certo, a mais conhecida imagem trauma é a da menina vietnamita Phan Thi Kim Phuc, aos nove anos, chorando e correndo nua após ser queimada pelo napalm lançado contra sua cidade em 1972. Talvez até por referência a ela, a imagem que representou o atual conflito foi a do garoto Ali Ismail Abbas, de 12 anos, queimado e sem os braços graças a um ataque de mísseis norte-americanos a Bagdá, incapaz de esboçar emoção.

CONCLUSÃO

Esse artigo enumerou alguns recursos à disposição do editor para construir o discurso jornalístico do fato, até porque ultrapassa o seu objetivo inicial enumerar e exemplificar todos eles. Mais do que saber escrever, é a utilização consciente das possibilidades inerentes a esses recursos que diferencia o jornalista das outras categorias profissionais. É comum esperar de um médico ou de um engenheiro que saibam escrever sobre suas áreas, mas cabe especificamente ao profissional de comunicação por os diversos códigos disponíveis em favor da informação sempre tendo em vista a instantaneidade e o ime-

diatismo inerentes ao fazer jornalístico – categorias temporais infinitamente diferentes das cabíveis ao médico e ao engenheiro.

A essa capacidade corresponde uma responsabilidade, uma vez que lida-se com a formação e orientação dos indivíduos em uma escala que só a caixa de ressonância dos veículos de comunicação em massa permitem. “Os impressos, como produto industrial, modelam não apenas relações sensíveis particulares mas também os padrões de interdependência comunal” (McLuhan *apud* Beltrão, 1980). Tendo isso em vista, ao jornalista não é concedido o benefício de agir a-criticamente, de reproduzir o discurso sem explorar suas possibilidades, repetindo o mantra da imparcialidade e da objetividade, entendidos como não ter opinião própria, nem discutir a alheia, ou “informar ligeira e frivolamente sobre os fatos que acontecem ou censurá-los com maior soma de afeto ou adesão” (Marti *apud* Beltrão, 1980).

Alberto Dines aponta que esse péssimo hábito foi incutido na categoria no período da ditadura com a cultura da “nota oficial”, a qual se acrescentava, quando muito, um lead, para não perder o acesso ao canal. “Esta mentalidade de comunicação às avessas faz com que as fontes de informação se fechem, ao invés de se abrir ao trabalho individual de cada repórter, deixando apenas um guichê por onde são liberadas as informações que lhes convém.” (Dines, 1986: 91)

Objetividade não é se despir de ideologia e, junto com ela, deixar no cabide o senso crítico e a missão de informar (formar a partir de dentro). “Ser objetivo é apegar-se ao acontecimento, esmiuçá-lo, narrá-lo de modo a que nenhum aspecto importante seja sonogado ao conhecimento do receptor”, ensina Beltrão (1980). Dines ainda complementa:

Isto só se consegue com o engrandecimento da informação a tal ponto que ela contenha os seguintes elementos: a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro. (Dines, 1986: 90)

A assinatura de poucas agências noticiosas e o pouco espaço normalmente concedido às editorias de Internacional não podem ser empecilhos para a prática de tal jornalismo. O pesquisador brasileiro afirma que a tendência é a incorporação de comentários e análises além da presença pessoal do jornalista, mas não como um legitimador do discurso, não como uma referência para o establishment, mas como aquele que utiliza todo o seu conhecimento técnico a serviço da expansão dos horizontes de conhecimento do leitor. É preciso ser um

comunicador na essência de sua profissão, reconhecendo e utilizando todos os canais para que a mensagem seja uma forma de libertação e, se houver simpatia a uma idéia exposta pela fonte, que o receptor faça suas escolhas de forma racional, consciente e não passiva.

Parece uma tarefa difícil? É realmente. Os erros são mais comuns do que se gostaria, mas a busca para sua concretização deve ser uma atitude permanente, não apenas às editorias de Internacional, mas a todos os setores da redação e a todo profissional da comunicação, para que não caiam na tentação de comemorar a visão de uma explosão e chamam sobre uma cidade repleta de inocentes. Mas, não fossem os desafios, os imprevistos, os excessos, as falhas e os cumulos, que graça teria fazer notícia?

NOTAS

¹ AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962. Na obra, o autor cita duas categorias de fatos que fogem do inesperado na formação da notícia, mas que da mesma forma a embasariam. Seriam os ilocutórios, que acontecem ao se dizerem, e os perlocutórios, que produzem algo pelo fato de dizerem.

² (“Em 15 dias, 3 jornalistas são mortos”. *O Tempo*. Belo Horizonte, p. 13, 04 abr. 2003). “Embedded”, ou “encaixados” como a Folha de S. Paulo traduziu, são os correspondentes de guerra que viajam acompanhando as tropas e que, para tanto, precisam seguir determinações dadas pelos militares que nem sempre são as regras jornalísticas. Entre elas está a de nunca divulgar a posição ou missão da unidade que esteja acompanhando e sujeitar seus textos e imagens à censura prévia das Forças Armadas.

³ Tal situação foi batizada como “mútua destruição assegurada” cuja sigla em inglês dava a devida dimensão do risco MAD (mutual assured destruction)

⁴ As menções às páginas a seguir referem-se também ao jornal *O Tempo*.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland. "A Mensagem Fotográfica". In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da cultura de massa*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Cap. 11, p. 303-316
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Interpretativo: Filosofia e Técnica*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980
- BULL, Hedley. *The Anarchical Society*. Nova York: Columbia University Press, 1977
- BUSH, George W. "Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América". *Política Externa*, São Paulo, v. 11, n. 3, p.78-113, dez. 2002
- DEHOVE, Mario. "Elementos sobre Gênese das Organizações Internacionais". In: THÉRET, Bruno; BRAGA, José Carlos de Souza. *Regulação Econômica e Globalização*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia, 1998.
- DINES, Alberto. *O Papel do Jornal: Uma Releitura*. São Paulo: Summus Editorial, 1986
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em Derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1990
- GIOVANNINI, Giovani. *Evolução na Comunicação, do Sílex ao Silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987
- HUNTINGTON, Samuel P. "A Superpotência Solitária". *Política Externa*. São Paulo, v.8, n. 4, p.12-25, mar. 2000.
- O TEMPO. *Normas Gerais da Redação*. Belo Horizonte: O Tempo, 2001
- PAILLET, Marc. *Jornalismo, o Quarto Poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986
- RAI, Milan. *Iraque Plano de Guerra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003
- MCLUHAN, Marshall. *La Galaxia Gutenberg*. Madri: Aguilar, 1969. BELTRÃO (op. cit.)
- MARTI, José. *Vida y Pensamiento de Martí*. La Habana, 1942. BELTRÃO (op. cit.)